

## A Comunidade Financeira e o Desenvolvimento Sustentável

Stephan Schmidheiny – Federico J.L. Zorraquín

1. Introdução
2. Capítulo 1

### 1. Introdução

Neste livro formulamos uma pergunta, tentamos dar a resposta e, ao mesmo tempo, fazemos algumas considerações sobre como os mercados financeiros poderiam começar a apoiar os objetivos da eco-eficiência e do desenvolvimento sustentável.

#### **A pergunta**

Os mercados financeiros mundiais – e quem neles e com eles trabalha – são uma força positiva que impulsiona o progresso humano sustentável? Ou, ao contrário, representam um obstáculo para alcançar esse objetivo?

Essa pergunta reconhece o difícil papel dos mercados financeiros em relação ao modo como organizamos nossa vida comercial, industrial e pessoal. Reconhece que qualquer forma de desenvolvimento -- sustentável ou não – tem de ser, em grande parte, financiada por esses mercados.

Existem provas suficientes para assegurar que muitas das nossas atividades cotidianas não são sustentáveis no longo prazo, impedindo ou limitando as oportunidades para uma grande parte da população mundial, em acelerado crescimento.

Esta evidência nos conduz a outras perguntas importantes:

Os mercados financeiros estimulam ou aprovam uma postura que tenha como único objetivo a rentabilidade no curto prazo e ignoram, em grande medida, a realidade humana e ambiental de nossos tempos? Ou eles são apenas ferramentas que refletem as preocupações humanas fundamentais e, com o passar do tempo, se preocuparão com a pobreza e a degradação da natureza, questões que se traduzirão em recompensa para as empresas que tratarem o homem e o meio ambiente com responsabilidade?

#### **A resposta**

Apesar da pergunta ser simples e concreta, a resposta é, inevitavelmente, muito mais complexa. Numa tentativa de encontrar resposta a essas questões, analisamos o funcionamento dos mercados financeiros – tanto aqueles já estabelecidos como os emergentes – e os papéis dos diferentes atores do mundo das finanças.

Queríamos ver de que forma esses atores respondem às exigências ambientais que enfrentam no cotidiano de suas respectivas profissões. Os resultados são ambivalentes, mas encontramos suficientes evidências para rebater, pelo menos em parte, o axioma de que, no melhor dos casos, a comunidade financeira desconhece o conceito de desenvolvimento sustentável ou, no pior, o ignora ou o contesta.

Percebemos que esses protagonistas têm mais consciência do que seus críticos admitem, e que muitos estão tentando resolver as complexidades inerentes a esse assunto. As seguradoras, por exemplo, começaram a tomar medidas para fazer com que suas atividades contribuam para um futuro sustentável, em vez de impor barreiras.

Os **líderes empresariais** – altos executivos, diretores e donos de grandes empresas e conglomerados industriais – foram os primeiros a perceber os efeitos das mudanças no meio ambiente e, por isso, estão procurando ser mais eco-eficientes, isto é, agregar mais valor aos seus produtos utilizando menos recursos e produzindo menos poluição. Diante da responsabilidade com suas diretorias e, principalmente, com seus acionistas, esses altos executivos foram obrigados a compreender e acomodar as necessidades, muitas vezes contraditórias, de seus principais grupos de interesse e, a partir daí, estreitar relações com eles. Do mesmo modo, observamos que dirigentes de pequenas e médias empresas também precisam se colocar em dia o mais rápido possível com esses temas.

Pedimos a todos os líderes empresariais que incorporem em suas empresas uma atitude pró-ativa ao desenvolvimento sustentável. Assim, eles estarão com suas estratégias implementadas, suas equipes adequadamente formadas e contarão também com a lealdade de seus grupos de interesse quando os mercados começarem a premiar com mais frequência a eco-eficiência.

*Porém, em sua grande maioria, os principais **investidores** em bolsas de não se preocupam com o meio-ambiente, pois consideram o tema fora da sua esfera de influência. Os administradores de fundos de títulos e ações insistem que sua principal obrigação é maximizar os lucros sobre os investimentos; porém, esses lucros não levam em consideração argumentos éticos como a conservação ambiental ou a justiça social. Contudo, mesmo aceitando essa atitude, notamos sinais de mudanças. Os investidores começam a analisar os custos ambientais, o potencial passivo ambiental das empresas e como esses fatos incidem no rendimento das ações. Uma parcela de investidores e de agentes financeiros – que, apesar de minoritário, está se fazendo ouvir – está reinterpretando a expressão “responsabilidade fiduciária”. Alguns até questionam o termo “prudência” – oriundo do século passado -- e procuram novas formas para incorporar as atuais preocupações sociais. Alguns fundos de pensão até destinam pequenas somas de dinheiro a investimentos em projetos socialmente importantes, porém arriscados financeiramente. E os chamados “investidores éticos” estão utilizando sua posição nos mercados para estabelecer um diálogo sobre a importância da eco-eficiência com a direção das empresas.*

É preciso encontrar formas e maneiras para que nos mercados se desenvolva uma melhor compreensão do meio ambiente e, provavelmente, uma delas estaria no estabelecimento de um preço. Isso poderia ser conseguido por meio de políticas que utilizem mecanismos do próprio mercado, como, por exemplo, a emissão de certificados comercializáveis. De forma mais ampla, e no interesse de mercados mais eficientes, os “donos” do capital (os acionistas) – que não sabem bem como o jogo financeiro acontece, deveriam receber informações necessárias para poder influenciar os que tomam as decisões em seu nome.

*Em determinadas circunstâncias e por meio de sistemas legais, os **banqueiros** sabem que a sociedade pode responsabilizá-los pelos danos ambientais causados pelos seus clientes. Para reduzir esse tipo de risco, os banqueiros começaram a avaliar a eco-eficiência quanto decidem conceder empréstimos e créditos, partindo da premissa de que uma empresa com um desempenho ambiental ruim constitui um alto risco financeiro. Esse setor começou a compreender que a capacidade de obtenção de crédito de uma empresa depende, cada vez mais, da sua eco-eficiência.*

*Os grandes bancos reduziram muito sua própria exposição ao risco ambiental; porém, sugerimos que os banqueiros procurem cada vez mais oferecer produtos e serviços que também ajudem seus clientes a reduzir seus próprios riscos.*

As **seguradoras** já tiveram de pagar muito pelos problemas ambientais. Só nos Estados Unidos, calcula-se que, com base nas leis de responsabilidade geral, os prejuízos decorrentes da exposição ao amianto ou da manipulação de resíduos tóxicos custem cerca de US\$ 2 bilhões por ano às companhias de seguros. Agora, as seguradoras estão preocupadas com as possibilidades de

problemas causados pelas mudanças no clima e como isso pode, no futuro, prejudicar seus negócios. Há quem afirme que o interesses das seguradoras são completamente opostos aos dos vendedores ou grandes consumidores de combustíveis que emitem dióxido de carbono, reunidos no chamado *Carbon Club* e que, por isso, elas deveriam pressionar pela aprovação de leis que reduzam os riscos de mudanças no clima.

*Recomendamos às seguradoras que façam da sua experiência com resíduos tóxicos um modelo para enfrentar as ameaças decorrentes das mudanças climáticas. Elas deveriam reconhecer que seus interesses diferem daqueles da indústria pesada, politicamente mais hábil e acostumada a defender-se publicamente.*

Os **contadores** sabem que muitos colegas da comunidade financeira esperam que se descubram sistemas capazes de traduzir em números os riscos e as oportunidades ambientais. Os auditores, em particular, estão conscientes do papel que desempenham, pois a verificação da contabilidade comprova a viabilidade de uma empresa num mundo em transformação. Mas, os contadores estão numa posição difícil. Eles podem agir de acordo com as regras do atual jogo, que exclui a maior parte das preocupações ambientais, mas também compreendem que sua tarefa é avaliar tudo o que a sociedade valoriza, o que significa fixar um preço para outras coisas que atualmente não são contabilizadas, como, por exemplo, os prejuízos aos recursos naturais.

No mundo acadêmico da profissão há pessoas versadas sobre a sustentabilidade e que já estão oferecendo idéias práticas sobre como a atividade contábil pode incluir esses conceitos. Alguns desses profissionais – principalmente os que assessoram empresas envolvidas em fusões e aquisições – têm demonstrado grande capacidade e rapidez para identificar os riscos ambientais que atingir o valor das empresas, e essas decisões têm-se refletido nos mercados.

*Sugerimos que os contadores procurem ajudar as empresas eco-eficientes a divulgar seus progressos (e os benefícios para seus negócios) nos mercados, para que esses mercados compreendam os benefícios que possam obter e os prêmios que os merecedores podem conseguir.*

Um importante apoio para os contadores pode vir dos **qualificadores** de risco, ou seja, daqueles que avaliam a capacidade das empresas e dos países em obter créditos, e que, pouco a pouco, começam a incluir as questões de meio ambiente em seu processo de qualificação.

*Consideramos que as empresas eco-eficientes têm a possibilidade de comunicar seus progressos aos mercados mediante a qualificação de risco. Acreditamos na possibilidade de as empresas qualificadoras tradicionais realizarem maiores esforços para refletir o risco ambiental em seus estudos. Deste modo, sugerimos que elas se aproximem para identificar oportunidades.*

Nossa sociedade e os mercados financeiros enfrentam a seguinte questão: atender as necessidades individuais em curto prazo e as da perpetuação da espécie humana no longo prazo. A sociedade como um todo precisa de uma maior visão de longo prazo e se aproximar mais das referências que recompensem as empresas que conseguirem agregar mais valor aos seus bens e serviços, consumindo menos recursos e gerando menos desperdício e poluição. Somente assim a sociedade poderá esperar que os mercados financeiros apoiem um desenvolvimento sustentável.

## 2. Capítulo 1

### ***A Comunidade Financeira e o Desenvolvimento Sustentável*** **Capítulo 1. A eco-eficiência e os mercados financeiros**

Stephan Schmidheiny – Federico J.L. Zorraquín

*Será possível, dentro de pouco tempo, os mercados financeiros recompensarem de forma metódica as empresas que demonstrarem ser ambientalmente bem sucedidas e punir as que degradam o meio-ambiente? Personalidades importantes do mundo dos negócios acreditam que sim.*

Institutional Investor

Março de 1995

**Este livro esboça uma pergunta subjacente que quase ninguém formula: Os mercados financeiros mundiais – e quem neles e com eles trabalha – são uma força positiva que impulsiona o progresso humano sustentável? Ou, ao contrário, representam um obstáculo para alcançar esse objetivo? Indagando de outra forma: os mercados financeiros estimulam unicamente uma mentalidade de lucros no curto prazo, ignorando por completo a realidade ambiental e humana? Ou são apenas simples ferramentas que refletem as preocupações do homem moderno e, como tais, considerarão problemas como a pobreza e a degradação da natureza, recompensando empresas e projetos que aumentem a igualdade de oportunidades e o uso racional dos recursos naturais?**

Essas questões são cruciais. Até o final de 1994, o valor das ações nas bolsas de valores do mundo todo somavam mais de US\$ 15 trilhões, ou seja, valor equivalente a mais de 2,5 vezes o Produto Interno Bruto (PIB) dos Estados Unidos. No final de 1993, o mercado mundial de títulos da dívida pública operava uma cifra superior a US\$ 16 trilhões. O fato de não se saber se todo esse dinheiro é aplicado a favor ou contra um progresso sustentável é muito preocupante.

Há várias razões, estreitamente inter-relacionadas, que demonstram que perguntas como estas exigem uma resposta rápida.

Em primeiro lugar, a população mundial cresce aceleradamente e é provável que chegue a mais de 11 bilhões de pessoas em algum momento do próximo século, a não ser que se tomem medidas sérias para desacelerar esse crescimento. Calcula-se que existam atualmente cerca de um bilhão de pessoas vivendo em situação de extrema pobreza. O conceito de progresso humano sustentável resume-se no ideal do “desenvolvimento sustentável”, cuja melhor definição está em “satisfazer as necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras satisfazerem suas próprias necessidades”.

Portanto, o “não crescimento” econômico não é uma opção aceitável para atender as necessidades atuais dos mais pobres ou da população mundial do futuro. A Comissão Mundial para Meio Ambiente e Desenvolvimento (World Commission on Environment and Development – WCED) afirma que o desenvolvimento sustentável envolve limites -- “não limites absolutos, mas limitações impostas pelo atual estágio da tecnologia e da organização social”. O crescimento, portanto, terá de ser altamente “eco-eficiente”, um termo cunhado pelo BCSD para descrever o processo de agregar cada vez mais valor aos produtos e serviços, diminuindo, ao mesmo tempo, a utilização de recursos naturais, a quantidade de resíduos e a poluição ambiental.

Em segundo lugar, estão sendo concluídos importantes investimentos em energia, transportes, agricultura, água e sistemas de esgoto, que contribuirão para a sustentabilidade do crescimento econômico atual. A Ásia (excluindo-se o Japão) – talvez a região em “desenvolvimento” com maior crescimento do mundo – terá de investir, entre 1994 e 2004, cerca de US\$ 1 bilhão em infraestrutura. Desse total, aproximadamente 70 por cento serão destinados a energia e transportes, de acordo com estimativa da Standar & Poor's. Grande parte desse capital terá de provir dos mercados financeiros, ou seja, dos mercados de ações e títulos, e dos bancos. Porém, deve-se perguntar se

esses investimentos refletirão as realidades ambientais. Tomemos, como um exemplo entre muitos, o caso do carvão. Tradicionalmente o carvão tem sido a fonte geradora de eletricidade de menor custo, mas sua combustão provoca a emissão de grandes quantidades de dióxido de carbono (CO<sub>2</sub>) na atmosfera. No entanto, quando os governos do mundo concordaram em fixar, para o ano 2000, a emissão de CO<sub>2</sub> nos mesmos níveis de 1990, muitas usinas de energia projetadas e financiadas na Ásia serão alimentadas com carvão.

Em terceiro lugar, o desenvolvimento sustentável significa deixar como herança às futuras gerações um determinado fundo de capital ambiental: uma camada produtiva de húmus, ar puro, climas previsíveis, uma camada intacta de ozônio, florestas férteis, uma abundante reserva de peixes e ampla diversidade genética de plantas e de animais. Os especialistas afirmam que todos esses recursos estão ameaçados por diferentes métodos. Para citar – uma vez mais – apenas um exemplo: os índices de extinção de espécies animais e vegetais cresceram, durante o último século, entre 100 e mil vezes seu índice “natural” ou “básico”. Essa destruição, causada pelo homem, irá se acelerar mesmo sem o aquecimento da terra, o chamado “efeito estufa”. O que pode fazer a comunidade financeira – caso possa fazer algo – para reverter essa tendência?

Em quarto lugar, mais de 3 bilhões de habitantes do Leste Europeu, da Ásia e da América Latina estão passando de um sistema econômico centralizado para economias de mercado. Se, na próxima década, o crescimento econômico manter o ritmo prognosticado pelo Banco Mundial, a participação do chamado “mundo rico” na produção mundial se reduzirá, em 2020, dos atuais 55 por cento para 40 por cento, a em termos de poder aquisitivo. Até lá, a China, a Índia, a Indonésia, o Brasil e o México estarão entre as 15 maiores economias do mundo. Todos esses países apresentam atualmente uma alta taxa de crescimento demográfico e neles a questão dos recursos naturais já enfrenta muita tensão. Numa advertência à Indonésia -- que poderia servir a muitos outros países com crescimento acelerado -- o Banco Mundial informou, em 1994, que o aumento da poluição e a grande densidade populacional nos principais centros urbanos “poderia dificultar os investimentos estrangeiros nesse país, sobretudo nas indústrias de alta tecnologia necessárias para aumentar a produtividade dos trabalhadores”. O que esses países podem fazer para que os mercados financeiros apoiem projetos que favoreçam o progresso sustentável no longo prazo, em vez incentivar o “tornar-se rico rapidamente?”

Em quinto lugar, parece que o “socialismo” está morto. O “mercado” ocupou seu lugar na direção dos investimentos. Desregulamentados e em processo de globalização, os mercados limitam a capacidade dos governos controlá-los. Além disso, bens e serviços públicos, antes sob a responsabilidade estatal, estão sendo rapidamente privatizados. O investimento privado passou a ocupar o lugar da “ajuda externa” como principal meio para mobilizar capitais para o mundo em desenvolvimento. Analisemos alguns números:

O fluxo de capital privado para os países em desenvolvimento quadruplicou entre 1986 e 1994, período em que, segundo dados do Banco Mundial, chegou a mais de US\$ 170 bilhões por ano. Nessa cifra estão incluídos itens como investimentos estrangeiros diretos (realizados por empresas estrangeiras em *joint ventures*), dívida privada (empréstimos de bancos comerciais ou receitas provenientes da venda de títulos no mercado internacional) e investimentos bolsas de valores (compra de ações por parte de fundos mútuos ou de pensão).

A Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento (Organization for Economic Cooperation and Development – OECD), estimou em US\$ 57, bilhões o montante da Ajuda Oficial para o Desenvolvimento (ODA) concedido pelos Comitês de Assistência para o Desenvolvimento (integrados pela maioria dos países que oferecem ajuda a outros países). Pelo quarto ano consecutivo, os fluxos privados aumentaram e os estatais diminuíram em termos reais, e estima-se

que essa tendência será mantida. Em 1995, um grupo internacional de ajuda para o desenvolvimento revelou que, naquele ano, a contribuição da ODA representou uma proporção menor em relação ao PIB das nações ricas, em comparação a qualquer outro período dos últimos vinte anos. Se o governo dos Estados Unidos acatar o corte de ajuda ao exterior proposto pelo Legislativo, a diminuição dos recursos vai se acelerar de forma acentuada. Pelo fato de outros países – o Canadá, por exemplo – ameaçarem acompanhar as decisões de Washington, a “ajuda externa” estatal, como tem sido até agora, praticamente poderá desaparecer.

Os governos, tanto doadores como receptores de recursos, nunca conseguiram que essa ajuda fosse ambientalmente “saudável”. Porém, pelo menos ficava claro que a responsabilidade, nesse aspecto, era dos governos. Diante da nova realidade, como se poderá garantir que os investimentos privados contemplem a qualidade do meio ambiente e a sustentabilidade? Trata-se de um assunto muito importante, já que, segundo Brad Gentry, do Centro de Legislação e Política Ambiental da Universidade de Yale, “com frequência esses investimentos privados se concretizam em projetos com impactos ambientais imediatos, como, por exemplo, as privatizações de serviços de eletricidade, água, transportes e outros de infra-estrutura; as *joint ventures* para manufaturas existentes ou para a construção de novas; e também os projetos relacionados com a produção de energia e a utilização de recursos naturais”. Assim, se o mercado assumir o papel de coordenador do progresso humano no lugar dos governos, é crucial e absolutamente necessário que esse procedimento assegure a sustentabilidade.

Há também quem afirme que o crescimento do poder dos mercados financeiros representa uma ameaça aos governos. O jornalista britânico Hamish McRae escreveu em um artigo: *“O aumento do poder dos mercados financeiros, juntamente com seu caráter cada vez mais internacional, traz, como consequência, a redução do poder individual dos governos nacionais. Estes devem enquadrar suas políticas econômicas levando em conta como elas serão recebidas pela comunidade financeira mundial. Se não o fizerem, serão castigados, seja com uma corrida monetária ou com altas taxas de juros, ou com ambas as coisas de uma só vez”*.

## SETE SINAIS IMPORTANTES

Certamente, para alguns leitores, a preocupação com a forma como a comunidade financeira pode apoiar o desenvolvimento sustentável pode lhes parecer tão descabida quanto a maneira com que os resultados do mercado acionário poderiam ajudá-los a decidir o vencedor de uma corrida de cavalos. No entanto, como esclareceremos na Parte II deste livro, trata-se de uma preocupação já está instalada em todos os setores dessa comunidade. Nosso objetivo é, basicamente, mostrar os esforços que os protagonistas desse mercado estão realizando.

Porém, antes de falarmos sobre essa questão, vamos pensar quão difícil é obter resultados numa tarefa dessa natureza. Há sete sinais que nos ajudaram a refletir sobre as perguntas anteriormente delineadas. Não os apresentamos como verdades e nem como convicções profundas, mas como hipóteses que surgiram ao longo de nossas discussões com especialistas, durante as pesquisas para este livro. No seu conjunto, esses sinais são preocupantes e evocam a necessidade de grandes mudanças antes que os mercados financeiros promovam o desenvolvimento sustentável no lugar de desencorajá-lo.

- O desenvolvimento sustentável exige investimentos com prolongado prazo de retorno. No lado oposto, os mercados financeiros buscam retorno no curto prazo.
- Frequentemente, os esforços de uma empresa para ser eco-eficiente diminuem a rápida lucratividade em favor de potenciais benefícios futuros. Os mercados financeiros preferem as empresas que ostentam grandes lucros no presente em lugar daquelas com potencial futuro.

- Em razão dos preços baixos dos recursos naturais e da habilidade das empresas para excluir de sua contabilidade os custos da maior parte dos danos ambientais causados por suas operações, tornar-se eco-eficientes não lhes traria nenhum benefício. Além disso, as empresas eco-eficientes não são, muitas vezes, as preferidas pelos mercados financeiros.
- Nos países em desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável exige investimentos massivos. Deste modo, os operadores financeiros desencorajam os investimentos nesses países, mediante prêmios de risco.
- Devido aos elevados encargos trabalhistas – que fomentam o desemprego – se faz necessária a melhoria da produtividade; os custos baixos dos recursos desestimulam a sua utilização eficiente.
- Os sistemas contábeis e de informação não refletem adequadamente os potenciais riscos e as oportunidades ambientais. Os mercados financeiros se vêem obrigados a tomar decisões com base em informação inconsistente ou deformada.
- O desenvolvimento sustentável se preocupa com a importância que tem o futuro. Em compensação, os mercados financeiros descartam o futuro rotineira e automaticamente.

Nos ocuparemos dessas questões nos capítulos seguintes, e voltaremos especificamente na Parte III.

Nenhum estudo sobre a relação entre mercados e sustentabilidade seria completo sem referência a alguns trabalhos acadêmicos que lembram que os mercados, quase sempre, trabalham contra a sustentabilidade. Em 1976 foi publicado o livro *Mathematical Bioeconomics: The Optimal Management of Renewable Resources*, de Colin Clark e que faz parte de uma série sobre matemática pura e aplicada. Clark mostra estar seriamente preocupado com o conceito de “máximo rendimento sustentável” (*maximum sustainable yield - MSY*), ou seja, a quantidade máxima de árvores, peixes, nozes ou qualquer outro recurso renovável que pode ser colhido em um ano. Se a colheita ultrapassa esse nível, o recurso não pode produzir um “excedente” anual. Se, ao contrário, se colhe menos, fica-se abaixo do máximo estabelecido. Na essência, a MSY é o mais alto índice de “juros” de um recurso renovável.

Clark tem muito que dizer a respeito dos limites do enfoque da MSY. Sua obra apresenta, logo no início, um caso hipotético: vamos supor que existam 75.000 baleias azuis no oceano e que a MSY é de 2.000 baleias por ano. Para simplificar o exemplo, digamos que uma única empresa no mundo pode caçar essas baleias e que cada baleia processada tem um valor de mercado de US\$ 10.000. Se for obtida uma captura sustentável de baleias – 2.000 baleias por ano –, a empresa gerará uma receita anual de US\$ 20 milhões.

Vamos supor agora que essa empresa pudesse capturar as 75.000 baleias em um único ano e obter assim US\$ 750 milhões. Se essa soma fosse investida numa modesta taxa de juros de 5 por cento anuais, resultaria em US\$ 35,7 milhões por ano, ou seja, muito mais do que os US\$ 20 milhões. E sem o trabalho e o custo que envolvem a caça ao cetáceo. Apesar de esse ser um modelo simplista, nas 350 páginas de explicações matemáticas sobre as complexidades e a flexibilidade do mercado, taxas de desconto e atualização, etc. etc., Clark demonstra que os resultados básicos se mantêm para a maioria dos recursos renováveis.

Basicamente, a rentabilidade da “colheita” de um recurso renovável poucas vezes induz a uma exploração sustentável; pelo contrário, estimula o oposto, mesmo onde não existe concorrência, como acontece na maioria das operações pesqueiras realizadas atualmente. E pior, a MSY das espécies de longa vida e de reprodução lenta, como no caso das baleias ou das madeiras duras tropicais, é muito baixa, de cerca de 2 por cento. Só espécies de vida curta e reprodução rápida,

como os camarões, por exemplo, têm uma MSY que quase se aproxima das taxas de juros do mercado de capitais. A oscilação e a imprevisibilidade de algumas reservas – como muitas espécies marinhas – também induz a uma exploração imediata em vez de fazê-lo no longo prazo.

“Este exemplo demonstra um dos aspectos fundamentais da economia de administração de recursos”, escreveu Clark. “O dono de um determinado recurso o considera como um ‘ativo’ e isso vale tanto para os recursos não renováveis como para os renováveis. Ele espera que esse bem de capital lhe produza dividendos a uma taxa de rendimento ‘normal’, do contrário ele tentará se desfazer desse ativo”. Clark acrescenta que esse resultado pode ser considerado como o “primeiro teorema fundamental da economia dos recursos” e já foi desenvolvido em 1931.

Atualmente, essa síndrome pode ser vista com clareza nas atividades de muitas empresas florestais internacionais, que compram dos governos os direitos de devastar as florestas naturais a preços muito inferiores aos de qualquer índice razoável de mercado. Um estudo desse fenômeno determinou que, apesar de as obrigações de reflorestar representarem um passivo – e, muitas vezes, eram realmente ignoradas --, este raras vezes aparecia nos balanços. Em vista dos benefícios extraordinários e das poucas obrigações, suas ações evoluíram extraordinariamente durante os últimos anos. Não se sabe se os acionistas têm consciência da natureza insustentável das atividades dessas empresas – tanto em relação à rentabilidade como no aspecto ambiental – e se venderão suas cotas antes que esses extraordinários benefícios terminem. O que é evidente é que a globalização dos investimentos está acelerando a destruição das florestas naturais.

## O MUNDO DOS NEGÓCIOS E O MEIO AMBIENTE

Contudo, talvez o panorama não seja tão negro assim. Apesar da relação entre os mercados financeiros e o desenvolvimento sustentável estar dando seus primeiros passos apenas agora, não resta dúvida que está crescendo. E, o que é mais importante, cresce o número de líderes empresariais, investidores, analistas, banqueiros, seguradoras, contadores e avaliadores que deixam de focalizar sua atenção somente nos riscos, para fixá-la nas oportunidades. Em cada setor surgem bons negócios a partir da descoberta do social pela sustentabilidade. Ainda neste capítulo analisaremos de que forma os temas ligados à sustentabilidade têm passado a fazer parte das agendas das empresas em geral e da comunidade financeira em particular. Para isso, primeiro analisaremos como mudou, ao longo da última década e de forma acelerada, a perspectiva que as empresas têm do “meio ambiente”.

Até pouco tempo atrás, o meio ambiente era considerado algo totalmente separado das atividades humanas, com exceção daquelas que o danificavam. Uma pequena minoria – muitas vezes denominada de “ambientalistas – estava profundamente preocupada com esse prejuízo; porém, a grande maioria não se interessava por esse tema. A preocupação dos empresários com o meio ambiente só era perceptível no esforço para cumprir com as regras ambientais e no *lobby* para evitá-las.

Na década de 80, a crescente evidência da poluição causada pelo monóxido de carbono, a destruição da camada de ozônio, a extinção de espécies e a perda de florestas e de terras férteis sugeria que o dano era mais global e sério do que se supunha. Também ficou evidente que o meio ambiente não era um lugar alheio à esfera humana, mas que compunha um conjunto de fatores que eram afetados por todas as atividades realizadas pelo homem: a produção, o consumo, a agricultura, a pesca, a mineração, etc. Assim, o antigo debate entre quem defendia o ambiente natural e quem advogava em prol do “desenvolvimento” começou a perder força à medida em que os dois objetivos se aproximavam das duas faces da mesma moeda. Era cada vez mais difícil não

inserir nas preocupações com o ambiente natural as necessidades e aspirações das pessoas. Também era muito complexo se preocupar com as pessoas sem considerar o impacto da atividade humana no ambiente natural.

O que resume melhor essa nova visão é o conceito de desenvolvimento sustentável. Desde que surgiu a forma moderna do conceito em meados da década de 80 (na verdade, é uma idéia tão antiga quanto as sociedades primitivas de caçadores e agricultores), foram escritos muitos livros e criadas muitas organizações favoráveis ao desenvolvimento sustentável. Há um amplo consenso de que o cuidado com o meio ambiente não é um objetivo restrito aos países “em desenvolvimento”. Todos os países estão se desenvolvendo – ou seja, “evoluindo em possibilidades” – e nos países industrializados suas possibilidades “evoluem” de tal modo que o planeta está se tornando cada vez menos sustentável, tanto pelos modelos de consumo como pela geração de substâncias poluentes.

No entanto, o conceito continua mal definido. É muito mais óbvio em seus aspectos negativos que nos positivos. Os atuais índices de crescimento demográfico parecem insustentáveis, porém é mais difícil avaliar qual seria uma população humana sustentável. Sabe-se que está-se queimando mais carvão, petróleo e gás do que a estabilidade climática tolera, porém não está claro qual seria exatamente um caminho para uma energia sustentável.

Apesar de tudo, por mais impreciso que seja, esse conceito tem muita força. Instintivamente, o ser humano sabe que a primeira obrigação dos pais é zelar pelos filhos. O desenvolvimento “insustentável” é exatamente o oposto: significa que a geração atual está furtando os recursos das gerações futuras. Estamos roubando nossos próprios filhos.

A idéia de desenvolvimento sustentável tem sido uma força motora para incorporar novos grupos nos debates sobre o progresso e o meio ambiente. Um número cada vez maior de economistas está buscando uma definição em termos econômicos para sustentabilidade. Os juristas se debruçam sobre as bases legais para estabelecer um equilíbrio entre esta e as gerações futuras. Alguns políticos se mostram interessados em encontrar a forma de projetar sua atividade além das próximas eleições, para que se encarregue das necessidades de nossos descendentes. O mundo dos negócios caminha muito devagar em relação ao desenvolvimento sustentável, em parte devido à forma tradicional de organizar os problemas do meio ambiente e, também, por causa da evidente incapacidade de detectar a relação entre os negócios e as necessidades do homem de hoje “fora dos mercados”, e do homem de amanhã que não participa nos mercados de hoje.

Porém, nota-se que as empresas estão começando a se interessar por esses temas. Recentemente, a revista *Tomorrow* publicou uma lista de 40 organizações que reúnem as empresas com objetivos ambientalistas e com interesse no desenvolvimento sustentável. Até foi criada uma sigla para essas entidades: GBN – Green Business Network. O mundo dos negócios também está participando de muitas organizações que reúnem líderes empresariais, da política, da ciência e de outras entidades; como exemplo podemos mencionar, nos Estados Unidos, o Conselho Presidencial para o Desenvolvimento Sustentável e, no Canadá, as Mesas Redondas sobre o Meio Ambiente e a Economia.

Na esfera empresarial, foram feitos importantes progressos para tentar resolver esses problemas: retrospectivamente, isso pode ser visto como uma cronologia previsível. A vanguarda coube às empresas mais modernas e progressistas, em setores onde as preocupações com o desenvolvimento e o meio ambiente eram mais evidentes: companhias químicas, multinacionais geradoras de energia e grandes indústrias. Foram seguidas pelos varejistas, a maioria deles respondendo ao “consumismo verde”. Mais tarde, grandes empresas de serviços perceberam que também não poderiam ficar indiferentes à questão, por consumirem energia, papel e transportes.

Já há muito tempo, existem no mundo financeiro os chamados serviços de “investimentos verdes”, que oferecem ações de empresas que não são designadas como causadoras de muita poluição ou de uso indevido de recursos ambientais. Porém, a principal preocupação desse setor foi manifestada pelas companhias de seguros, que tiveram de arcar com os custos da limpeza de áreas industriais poluídas e com o pagamento de apólices do que lhes pareceu ser um alarmante aumento de desastres naturais relacionados com as mudanças climáticas (ver Capítulo 6).

Contudo, a maioria dos bancos resistiu, argumentando que eles quase não utilizam recursos naturais e causam pouca poluição. Quando, em 1990, o BCSD começou a recrutar seus integrantes, não encontrou um único banqueiro disposto a associar-se. (Em 1995, o BCSD fundiu-se com o Conselho Industrial Mundial para o Ambiente – World Industry Council for the Environment, WICE –, constituindo assim o Conselho Empresarial Mundial para o Desenvolvimento Sustentável, WBCSD).

Desde então, uma série de casos levados à Justiça, especialmente nos Estados Unidos, tornou evidente que os bancos também podem ser responsabilizados por prejuízos ambientais por participarem como acionistas ou em funções administrativas de empresas poluidoras (ver Capítulo 5). Essas resoluções causaram um grande impacto no modo de pensar da comunidade financeira internacional. Quando da abertura da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO '92), em junho de 1992, os banqueiros lançaram uma “Declaração dos Bancos sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento Sustentável”. Muitos a subscreveram (ver Apêndice).

Da mesma forma que a preocupação com o meio ambiente envolveu diversas companhias e diferentes setores, em momentos diferentes e de acordo com suas circunstâncias cada empresa passou a cuidar internamente do problema. Num primeiro momento, a maior parte tratou de demarcar o assunto em um “departamento” específico. Porém, logo ficou evidente que isso era o mesmo que criar, em um país, um Ministério do Meio Ambiente fraco para em seguida responsabilizá-lo pelos danos causados por ministérios mais fortes, como, por exemplo, dos transportes, da indústria e mineração ou da agricultura. Assim também ocorreu nas empresas progressistas, onde o mais alto executivo (CEO) era, na prática, o responsável máximo pelos temas relacionados com o cuidado do meio ambiente.

A tarefa seguinte foi difundir as novas preocupações do CEO por toda a empresa. Muito se tem escrito sobre esse processo; porém, é curioso descobrir que, aparentemente, é mais fácil incutir uma consciência ambiental nos níveis baixos ou médios de uma empresa que em seus diretores financeiros. A 3M, dos Estados Unidos, ficou famosa por ter conseguido de seu pessoal, ao longo dos últimos 20 anos, mais de 3.000 projetos para prevenir a poluição, o que resultou em uma economia de mais de US\$ 500 milhões para a empresa. Não é difícil entender porque os trabalhadores levam vantagem, nesse aspecto, sobre os executivos financeiros. A maioria dos operários tem contato cotidiano com os resíduos e a poluição gerados pela empresa. Quando solicitados e oferecida uma recompensa adequada, eles estão na melhor das posições para contribuir com idéias práticas, úteis e concretas.

Somente muito mais tarde os diretores financeiros despertaram para o desenvolvimento sustentável porque, tradicionalmente, esses funcionários estão distanciados de tudo o que não consta do balanço da empresa. Um relatório do One Hundred Group of Financial Directors (que reúne os executivos financeiros das 100 principais empresas britânicas) afirmou que isso se deve, em grande medida, às dificuldades para quantificar e medir os custos desses riscos, e os custos e os benefícios que representa evitá-los. Porém, o relatório também advertiu que as empresas

negligentes podem causar consideráveis perdas a seus investidores e aos banqueiros. É por essas razões que a preocupação com o desenvolvimento sustentável está penetrando lentamente nos mercados financeiros. A atitude geral é: “se não podemos medi-lo, não nos falem do assunto”.

Basta tomar qualquer texto que fale de mercados financeiros e das atividades bancárias e olhar o índice: dificilmente se encontrará uma referência a “meio ambiente” ou “responsabilidades ambientais”. (Isso também era válido para a maioria dos textos dirigidos a empresários e publicados antes de 1990. Atualmente, a maioria contém uma longa lista de temas com o título “Ambiente”).

Enquanto realizávamos as pesquisas para este livro, conversamos com muitos executivos de empresas do mercado financeiro para basicamente lhes perguntar qual era sua posição (ou das suas empresas) sobre os temas relacionados com o meio ambiente e o desenvolvimento sustentável. Em geral, a primeira reação era de surpresa, que imediatamente se aproximava do medo: medo de que a comunidade financeira se visse envolvida nas mesmas discussões embaraçosas e na publicidade que atingiam outros setores. Porém, a questão não se limita a que os bancos de investimento, os agentes da bolsa e a maioria das demais instituições do mercado financeiro não produzam resíduos tóxicos, nem que iniciem ações de “compensação” contra aquelas empresas que causam problemas ambientais, assumindo os custos financeiros correspondentes. Os riscos ambientais são muito difíceis de quantificar nesse tipo de empresa, e só agora começa a ficar evidente porque o banco comercial e os agentes da bolsa deveriam se incomodar em analisar esses números nas empresas em que planejam investir.

“Não somos ‘devoradores’ de recursos naturais como uma empresa química ou de papel”, defendeu-se o porta-voz de uma companhia internacional de investimentos quando perguntado se sua empresa tinha algum tipo de política ambiental. “Porém concordo que, se temos políticas para a maioria dos temas importantes, deveríamos também ter uma política ambiental”, acrescentou. No outro extremo, o banco investidor Salomon Brothers tem programas muito desenvolvidos em relação a reciclagem, redução de resíduos, eficiência energética, educação ambiental e gerenciamento de risco financeiro ambiental.

Mas, as respostas da maioria dos que integram esse setor à pergunta sobre a relação entre o desenvolvimento sustentável e a comunidade financeira se resume em outra pergunta: “Por que deveríamos nos preocupar com isso?”. Um dos objetivos deste livro é dar algumas respostas práticas e concretas a essa última pergunta.

Uma delas – bem longe de ser a mais importante – é que os grupos ambientalistas procuram alcançar seus objetivos exercendo pressão sobre a comunidade financeira. Alguns grupos estão protestando contra as ofertas públicas de ações na bolsa de valores. Em 1993, um consórcio formado por esses grupos de pressão tentou convencer os administradores de fundos a não investirem em uma licitação de ações da Barito Pacific, uma empresa florestal da Indonésia (ver Capítulo 4).

Depois da sua reunião anual de 1994, o Greenpeace Internacional anunciou que faria os maiores esforços para influir sobre o fluxo de dinheiro público e privado destinado a empreendimentos que prejudicavam o meio ambiente. A organização, contudo, não esclareceu como planejava essa ação; porém, no início daquele ano, começou a emitir comunicados para a imprensa e a escrever cartas para empresas investidoras cada vez que observava algum movimento no mercado que considerava prejudicial aos fins mencionados.

Em outubro de 1994, por exemplo, o Greenpeace alertou os administradores europeus de fundos que se oporia ao lançamento de ações da European Vinyls Corporation (EVC), um fabricante de

cloreto de polivinil, na bolsa de Amsterdã. O Greenpeace, que já havia feito campanhas contra o uso de cloretos, afirmou naquela ocasião que “as considerações ambientais são fundamentais no que se refere às possibilidades de mercado e à rentabilidade da EVC”, e que “ignorá-las seria desastroso para os investidores e para a própria empresa”. Isso demonstra que muito sabiamente o Greenpeace enfatizou o prejuízo financeiro e não o dano ambiental. O grupo também tem organizado diversas reuniões com seguradoras, banqueiros e outros agentes do mundo das finanças, sobretudo para alertá-los sobre os investimentos que podem acelerar as mudanças climáticas. “E, certamente, também continuaremos mantendo nossas táticas de enfrentamento direto”, diz um representante do Greenpeace, acrescentando que “os bancos comerciais, cujos negócios dependem do grande público, seriam sumamente prejudicados por esse tipo de publicidade negativa” (Neste livro citamos reiteradas vezes o Greenpeace, não porque concordamos sempre com esse grupo, mas porque, sem dúvida, ele tem sido a organização ambiental mais sofisticada em tornar públicas as suas preocupações com a comunidade financeira).

Quando Michael Heseltine era presidente do Departamento do Comércio da Inglaterra, num discurso pronunciado à comunidade financeira britânica, em 1992, ele disse: “Cedo ou tarde até os ambientalistas mais ingênuos compreenderão em que medida as empresas – que são seus alvos mais costumeiros – operam dentro de um contexto limitado aos acionistas, financiadores e seguradoras. Nesse momento, o inquisitivo ‘dedo verde’ (searchlight) mostrará suas irresponsabilidades em relação ao meio ambiente”.

Assim, por razões diversas, a comunidade financeira, que aparentemente encontra-se alijada das questões ambientais, está se envolvendo nessas ações. Porém, como pode uma empresa dedicar-se a promover o desenvolvimento sustentável sem deixar de desempenhar seu papel no mundo empresarial?

## ECO-EFICIÊNCIA VERSUS SUSTENTABILIDADE

O empresariado tem somente uma margem, relativamente estreita, dentro da qual pode modificar as atividades que afetam negativamente o meio ambiente. Se fizer muito pouco, sua empresa não estará cumprindo com as disposições legais. Do lado oposto, se faz muito, pode estar comprometendo a sua rentabilidade e competitividade. Muitas empresas, motivadas mais por seus princípios e valores que por estritas considerações de rentabilidade, continuarão gastando dinheiro “muito além de suas obrigações”. Porém, existem limites muito restritos para esse tipo de empresa, já que uma empresa que não ganha dinheiro logo deixa de existir. Assim, a maior motivação para alcançar o desenvolvimento sustentável deve vir do voto do grande público, dos governos que esse público elege, dos consumidores, dos pais e dos grupos de cidadãos. Todos deverão cooperar para construir uma nova base social, dentro da qual as empresas desenvolverão suas atividades.

Quando o BCSD se formou para apresentar na ECO'92 uma perspectiva “empresarial” sobre o meio ambiente e o desenvolvimento, enfrentou o problema de dizer algo que fizesse sentido às diferentes realidades do mercado. Por isso, os 50 membros originais, todos altos executivos, dedicaram uma boa parte do relatório aos governos, indicando quais seriam as políticas e as regras do jogo que precisariam ser mudadas.

O BCSD também realizou um concurso para a criação de uma expressão que resumisse de forma precisa a idéia de desenvolvimento sustentável. Assim, a palavra “eco-eficiência” expressa tanto uma eficiência econômica como ambiental. De acordo com a Comissão Mundial sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente, o desenvolvimento sustentável “não é um estado de harmonia estático, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos

investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais são efetuados de forma compatível com as necessidades presentes e futuras”. Praticamente o mesmo pode ser dito da eco-eficiência: não é um estado de harmonia estático, mas um processo de mudança no qual a exploração dos recursos, o direcionamento dos investimentos, a orientação do desenvolvimento tecnológico e das mudanças empresariais maximizam o valor agregado e minimizam o consumo de recursos, de resíduos e da poluição.

Porém, não se deve confundir eco-eficiência com desenvolvimento sustentável, este um objetivo para o conjunto de toda a sociedade. Apesar de necessitar do incentivo da sociedade para estabelecer marcos de referência, a eco-eficiência é uma tarefa a ser cumprida por cada uma das entidades que atuam dentro dessa sociedade. É também possível imaginar um mundo no qual cada empresa se torne mais e mais eco-eficiente e, não obstante, os recursos do planeta continuarem deteriorando devido o crescimento demográfico e o aumento do número de empresas e indústrias.

Praticamente todas as empresas causam poluição, mesmo que apenas consumindo energia. A Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD) propôs uma estrita definição de “empresa sustentável”: é aquela que no final de cada período contábil não deixa o meio ambiente em condições piores do que estava no início”. E conclui de forma lógica: “Parece perfeitamente claro que bem poucas empresas (ou quase nenhuma) se aproximam de algo que possa ser definido mesmo remotamente como sustentabilidade, especialmente nos países em desenvolvimento.

A Conferência da UNCTAD também enumerou algumas multinacionais que haviam conseguido uma certa conciliação com essa realidade. A The Body Shop, uma empresa de cosméticos que utiliza sua imagem “verde” como vantagem competitiva, manifesta: “Não aceitamos a idéia de que qualquer empresa possa conseguir uma ‘relação amigável’ sincera com o meio ambiente. Isso é algo claramente impossível. Qualquer iniciativa empresarial envolve um certo grau de dano ambiental. O máximo que podemos fazer é limpar aquilo que sujamos e buscar, de forma permanente, uma maneira de reduzir nosso impacto sobre o meio ambiente”.

Em 1994, a UNCTAD realizou uma pesquisa entre empresas multinacionais para conhecer seus pontos de vista sobre o desenvolvimento sustentável; os resultados contemplaram respostas de 73 empresas de 14 países, a maioria da Europa, mas também com participantes da África do Sul, da Coreia do Sul, de Hong Kong e do Japão. Os questionários foram respondidos pelos executivos que mais conheciam as questões ambientais e as respostas foram extremamente contraditórias. Oitenta e dois por cento dos entrevistados disseram que suas empresas reconheciam formalmente a necessidade da sustentabilidade; contudo, a maioria desses “reconhecimentos formais” não definia o que significava sustentabilidade; 96 por cento consideraram necessário um enfoque compartilhado entre governos, empresas e sociedade; 86 por cento pensaram que sustentabilidade envolvia a solução de problemas ambientais e sociais; e 82 por cento acharam que o desenvolvimento sustentável era compatível com a ética da rentabilidade. Todavia, 59 por cento dos entrevistados estavam convencidos de que a sustentabilidade não envolvia as necessidades das gerações futuras; 45 por cento afirmaram que era sinônimo de sistemas de gestão ambiental, e 37 por cento consideraram que suas empresas já tinham conseguido a sustentabilidade.

De acordo com esses resultados, pode-se concluir que, apesar da maioria das empresas afirmar formalmente que a sustentabilidade é “algo bom”, existe uma certa confusão sobre o que realmente envolve esse conceito. “Mais de 70 por cento dos entrevistados foram influenciados pela Câmara Internacional de Comércio (ICC), Agenda 21 (o relatório da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento e Meio Ambiente de 1992), ECO’92 (a reunião mundial sobre meio ambiente que aconteceu no Rio de Janeiro nesse mesmo ano), revistas econômicas, meios de informação,

relatório Brundtland (WCED), governos e por suas entidades profissionais e empresariais”, informou a UNCTAD. “De todas, sem dúvida as quatro primeiras foram as que influíram mais”, sendo os grupos de pressão citados como os menos influentes. Nota-se também que o fato da carta do ICC para o Desenvolvimento Empresarial Sustentável não mencionar e nem definir concretamente a sustentabilidade “explica, em certa medida, o que pareceria uma compreensão ingênua e limitada do conceito por parte de muitas empresas que responderam”.

De forma anônima, a pesquisa revela alguns comentários dos entrevistados. A diferença entre os diferentes pontos de vista são realmente surpreendentes; por exemplo:

*Devemos voltar à velha religião de ganhar dinheiro e assumir riscos. Se a indústria voltasse a assumir riscos, se produziria o desenvolvimento sustentável. (Itália)*

*A busca do crescimento econômico, tal como exigem as instituições financeiras nacionais e internacionais, é a causa de grande parte da exploração ambiental e humana. (Reino Unido)*

*Os governos têm de fixar objetivos claros, coerentes, impositivamente neutros e com metas gerais em relação ao meio ambiente e, em seguida, dar às empresas a liberdade para inovar e chegar ao desempenho desejado. Isso conduzirá à sustentabilidade, num prazo de aproximadamente entre 10 e 30 anos... Finalmente, haverá uma nova geração de produtos que estabelecerão um futuro sustentável. (Suíça)*

*A sustentabilidade não é rentável. Uma boa administração ajuda a manter a casa limpa e em ordem, a economizar dinheiro, porém a busca da sustentabilidade está além de uma boa administração... e pode sair cara. (Reino Unido)*

A pesquisa sugere que, apesar da maioria das multinacionais afirmarem publicamente que trabalham visando o desenvolvimento sustentável, são poucas as que decidiram de que forma integrá-lo como parte de suas estratégias empresariais. Isso não é surpreendente, pois o desenvolvimento sustentável exige uma preocupação com as próximas gerações e com as demandas futuras que não podem ser facilmente satisfeitas por meio de simples transações de mercado. Esses são aspectos complicados e problemáticos para as empresas e para as pessoas. O mundo empresarial se une aos cientistas, juristas, líderes políticos, filósofos e ambientalistas na convicção de que “é insustentável ser insustentável”, porém ainda encontra grandes dificuldades para definir quais são as atividades “sustentáveis”. Portanto, alguns diretores de empresas – aqueles que conseguiram se colocar “além do desempenho” – estão trabalhando para conseguir uma “boa administração” ou eco-eficiência, e a chamam de “sustentabilidade” porque é o termo mais usual.

## MAIS ALÉM DO MEIO AMBIENTE

Uma das tantas revoluções que estão acontecendo no mundo de hoje poderia ser chamada de “revolução da participação”. As comunicações, que constituem uma parte fundamental da revolução tecnológica, permitem que as pessoas saibam imediatamente aquilo que acontece em qualquer lugar da Terra. Dessa forma, as crianças de Nova York se inteiram – e em certa medida se preocupam – com aquilo que acontece nas florestas tropicais do Brasil. Esse conhecimento e essa preocupação provocam nas pessoas um desejo de participar, de maneira mais ou menos comprometida. O movimento do “consumo verde” é apenas um dos exemplos nesse sentido.

Muitas pessoas desejam participar, de uma nova maneira, do que fazem as empresas; por exemplo, opinando sobre o que e como é produzido, como são tratados os empregados e vizinhos. Essa participação pode ser local ou global, e as empresas podem se tornar alvo de críticas, sem que lhes caiba nenhuma responsabilidade. Quando a França anunciou, em 1995, sua intenção de reiniciar os testes com armas nucleares no Pacífico Sul, os movimentos de protesto na América do Norte, Europa, Austrália e Ásia organizaram um boicote contra os produtos franceses. Uma pesquisa recente comprovou que 75 por cento dos domicílios americanos estavam boicotando certos produtos de consumo massivo; mais da metade desses consumidores adotou essa atitude por não concordarem com certas políticas das empresas que os produziam.

Em junho de 1995, a empresa Shell UK, do Reino Unido, queria desfazer-se de um grande tanque de armazenamento de petróleo, afundando-o nas profundezas do oceano. Ela tinha o apoio do governo britânico e de muitos cientistas que afirmaram – depois de cuidadosas avaliações sobre os aspectos ambientais, econômicos e de segurança dos materiais tóxicos incluídos na operação – que afundá-lo em águas profundas era uma solução melhor do que trazer o tanque para a costa e desmontá-lo. Porém, outros governos europeus, grupos ambientalistas e um amplo setor da opinião pública se opuseram ao projeto de forma ostensiva, pois não julgavam correto afundar uma instalação petrolífera de tal magnitude nas profundezas do oceano ao mesmo tempo em que eram solicitadas a reciclar latas e garrafas e a não jogar lixo nos cursos d' água.

A Shell UK abandonou seu projeto e, enquanto estas linhas estão sendo escritas, a empresa está estudando opções alternativas. O futuro poderia demonstrar que, do ponto de vista prático e científico, a Shell UK estava certa no seu plano original. Seu erro – além de construir um equipamento tão grande sem prever sua posterior destruição ou reciclagem – foi não levar suficientemente em consideração a grande quantidade de pessoas que se sente no direito de opinar sobre as operações da empresa.

No que pode ser visto como uma nova tendência, a Shell foi criticada não somente pelos grupos ambientalistas, mas também por outras empresas. A companhia dinamarquesa de biotecnologia Novo Nordisk, como assinante da Carta Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável (na qual se pedia aos seus assinantes que levassem em conta as políticas ambientais de seus fornecedores), emitiu uma declaração na qual dizia que, por princípio, se opunha ao lançamento de resíduos industriais no mar. Solicitou que a Shell informasse seus diferentes “públicos”, entre os quais seus associados nos empreendimentos comerciais, sobre a lógica desse projeto.

John Elkington, autor do *The Green Capitalists*, escreveu sobre o caso Shell: “A controvérsia, que girou mais em torno da percepção que o grande público tinha sobre as prioridades ambientais que do impacto efetivo sobre o meio ambiente, sinaliza o surgimento de uma nova era, que exige que as empresas focalizem sua atenção numa tripla *bottom line*: economia, meio ambiente e equidade social”.

Além do gerenciamento do meio ambiente, o desenvolvimento sustentável tem influencia em questões como a igualdade de oportunidades, para que as pessoas, tanto hoje como no futuro, disponham de maiores possibilidades de satisfazer suas necessidades. Talvez possa parecer inoportuno pedir às empresas que se preocupem com a igualdade de oportunidades e as futuras gerações; porém, em certo sentido, elas já o estão fazendo. Várias companhias dos Estados Unidos foram denunciadas que seus produtos eram manufaturados por crianças, em condições que os americanos consideram de “exploração”. Não resta dúvida que as crianças são os representantes vivos e reais das futuras gerações.

O trabalho infantil é um assunto extremamente complexo, porque, para muitas crianças dos países em desenvolvimento, a opção não é “fabricar camisas ou ir para a escola”, mas em muitos casos é provável que seja “fabricar camisas ou prostituir-se”, ou trabalhar em uma pedreira ou em uma fábrica de alto risco. Estima-se que, entre 1993 e 1994, de 30.000 a 50.000 crianças foram despedidas das fábricas têxteis de Bangladesh porque os fabricantes recebiam perder seus negócios no “primeiro mundo”. Muitas dessas crianças se dedicaram à prostituição ou passaram a fazer trabalhos impróprios, empregando-se, por exemplo, como soldadores. Não obstante isso, no mundo dos negócios, a percepção do público continua sendo tão importante como a realidade.

A firma Franklin Research and Development, com sede em Boston e que se dedica a investimentos éticos, estima que nos Estados Unidos menos de 5 por cento dos comerciantes e dos fabricantes de produtos de marca se envolvem em assuntos relacionados com os direitos humanos; porém, entre esses 5 por cento encontram-se algumas das maiores e mais importantes empresas, destacando-se a Levi, a Wal-Mart, a Sears-Roebuck, a Reebok, a The Gap, a Nike e a Nordstrom. Uma empresa sueca de móveis e produtos de decoração, a IKEA, resolveu que todos os tapetes que vende devem ter um certificado garantindo que foram produzidos sem a utilização de mão de obra infantil. A National Provident Institution, com sede na Inglaterra e que oferece uma seleção de programas “éticos” de investimento, concluiu, com base em uma pesquisa realizada em 1995 sobre o consumidor britânico, que a preocupação com a escravidão moderna e a violação dos direitos dos trabalhadores havia superado o interesse despertado por assuntos como a conservação do meio ambiente e o bem-estar animal.

De fato, muitas empresas estão envolvidas no que se poderia chamar de aspecto “social” do desenvolvimento sustentável, sem dar-lhe esse nome. Geralmente, denominam “relações com a comunidade”, ou algo similar. Um estudo realizado há pouco tempo na Inglaterra sobre empresas envolvidas em trabalhos com a comunidade constatou que, na década de 80, essa tendência era apoiada somente por alguns entusiasmados presidentes de empresas, considerados “loucos” pelos seus colegas. Mas, “envolver-se com a comunidade já não constitui simples filantropia; é algo que pode oferecer benefícios comerciais muito reais e concretos”, afirma o estudo em questão. A respeito, cita o caso do grupo vidraceiro Pilkington, pioneiro nas relações com a comunidade na região da Inglaterra onde desenvolve suas atividades. Esses antecedentes foram, conforme se afirmou depois, um fator importante no sucesso obtido pela empresa em 1986-87, quando recusou ser adquirida por uma companhia que menosprezava as relações comunitárias.

Em épocas passadas, as “relações com a comunidade” eram praticadas apenas pelas grandes multinacionais do Hemisfério Norte. Agora, porém, é cada vez maior o número de empresas dos países em desenvolvimento que as praticam. A Aracruz Celulose S.A. do Brasil produz mais de um milhão de toneladas anuais de polpa alvejada de eucalipto, proveniente de suas plantações no sul do país e realizadas sobre terras devastadas pela atividade agrícola e pela fabricação de carvão algumas décadas atrás. Todavia, a empresa utiliza 27 por cento de suas terras para também plantar árvores e outras espécies vegetais originárias da região, não comercializáveis, para preservar o ecossistema. Ela fornece mudas aos agricultores locais e compra deles a produção madeireira, e também entrega mudas de forma gratuita para que eles possam suprir suas necessidades de lenha e madeira sem destruir as matas da região. Entre 1992 e 1995, a Aracruz investiu US\$ 120 milhões para combater a poluição do ar e da água, e obteve os certificados internacionais de controle e garantia de qualidade. Investiu um total de US\$ 125 milhões na construção de escolas, hospitais e moradias na região para seus próprios trabalhadores e para terceiros. E inclusive desenvolve programas ambientais para proteger os ciclos reprodutivos de cinco espécies de tartarugas marinhas ameaçadas de extinção.

Grande parte dessas atividades ultrapassa o objetivo inicial da empresa; por exemplo, o esforço para manter seus trabalhadores e suas famílias saudáveis e, além disso, oferecer-lhes um verdadeiro nível de educação. A Aracruz compreende também que, pelo fato de trabalhar no setor da exploração florestal e de operar fábricas de papel no mundo em desenvolvimento, automaticamente chamará a atenção de grupos ambientalistas. É por isso que considera que tem de ser mais “limpa” que outros produtores florestais e fabricantes de papel das remotas regiões da América do Norte. A empresa gasta muito dinheiro para divulgar os seus programas ambientais e sociais no mundo. À medida que o comércio e os mercados vão se abrindo mais e se globalizando, uma quantidade crescente de empresas dos países em desenvolvimento certamente irá implementar estratégias similares.

## COMO CHEGAR A UM ACORDO COM A ECO-EFICIÊNCIA

Ao tratar do objetivo imediato da eco-eficiência e do desenvolvimento sustentável, os empresários precisam avaliar uma série de assuntos complexos, entre os quais como incluir os custos ambientais na conta de resultados da empresa, o princípio “quem contamina, paga” e uma utilização mais ampla dos instrumentos econômicos.

O conceito de integrar os custos ambientais aos resultados tem um peso importante na relação entre os mercados financeiros e a eco-eficiência. Durante a primeira reunião do BCSD, em 1991, o grupo teve dificuldades para determinar que recomendações apresentar na ECO'92, diante das incertezas políticas, científicas e financeiras que cercam os temas sobre meio ambiente e desenvolvimento. O que um grupo de diretores executivos, todos comprometidos com o sistema do mercado aberto, poderia propor que pudesse ajudar realmente?

Sobre isso, um dos executivos afirmou que, como o grupo advogava em favor de mercados abertos e competitivos, devia-se recomendar a ‘internalização’ dos custos ambientais de maneira que os mercados refletissem de forma mais real tanto as verdades ambientais como as econômicas. Esse conceito permitiu ao Conselho estabelecer um enfoque lógico ao debate.

O conceito é simples, mas a realidade é muito mais complexa. A idéia básica é que o preço de um determinado bem ou serviço deveria refletir os custos a ele associados. Por exemplo, o custo da eletricidade proveniente de usinas alimentadas a carvão dificilmente reflete o custo dos danos infringidos ao meio ambiente pela chuva ácida causada pela combustão, ou dos problemas de saúde relacionados com a poluição que ela provoca. No entanto, esses são custos reais. Nos Estados Unidos estima-se que cada tonelada de dióxido sulfúrico lançado na atmosfera cause prejuízos à saúde de mais de US\$ 3.000 em cada uma das comunidades atingidas. Por conseguinte, as emissões de dióxido sulfúrico causadas pelas usinas elétricas no oeste médio dos Estados Unidos estão custando à sociedade cerca de US\$ 25 bilhões por ano. Essa é apenas uma estimativa aproximada, mas fica claro que o assunto envolve muito dinheiro vivo e que alguém tem de arcar com esses custos que tradicionalmente são considerados “externos” à contabilidade financeira dessas empresas.

Diríamos que já se observa um movimento na sociedade para internalizar esses custos. No final de 1994, a Comissão Real da Inglaterra para a Poluição Ambiental recomendou a duplicação do preço da gasolina para a década seguinte. O argumento era que o custo embutido no deslocamento com um automóvel teria de aumentar porque “não refletia os danos infringidos à saúde e ao meio ambiente”. Essa Comissão também sugeriu a utilização de uma nova tecnologia que permita aos distribuidores de gasolina “lerem” os dados técnicos dos automóveis, de maneira que o motorista que produzir altos índices de poluição tenha de pagar mais pelo seu combustível.

Já em 1972, os integrantes da OECD concordaram com o princípio “quem contamina, paga” (PPP): quem danificar o meio ambiente deve arcar com os custos totais de sua produção de bens e serviços. Apesar de ser cada vez mais aceito, o conceito tem sido aplicado de forma desigual. Os governos inclusive subsidiam muitas formas de poluição ambiental, como, por exemplo, o uso excessivo e inadequado da água, da energia, de pesticidas e fertilizantes. No início de 1994, o governo alemão renovou, até o final deste século, seus subsídios ao carvão, que deveriam ter terminado em 1995.

O BCSD apoiou o PPP e o conceito de incorporar os custos ambientais. Em seu livro **Mudando o Rumo**, de 1992, o Conselho afirmou: “A pedra angular do desenvolvimento sustentável é um sistema de mercados abertos e competitivos, nos quais os preços devem refletir os custos ambientais da mesma forma que os de outros recursos”.

O Conselho continuou apoiando a idéia de incrementar o uso de instrumentos econômicos para alcançar esses objetivos. Tradicionalmente, a principal ferramenta dos governos está nas normas e regulamentações dirigidas e controladas pelos próprios governos. Muitas vezes, essas normas indicam a uma empresa, com toda precisão, quais tecnologias usar e quais substâncias podem ser emitidas e em quais quantidades. Nas situações onde existam grandes riscos e questionamentos, sempre haverá a necessidade desse tipo de restrição. Contudo, os objetivos de proteção ao meio ambiente também podem ser alcançados mediante instrumentos econômicos como impostos, taxas e licenças de comercialização. Quando aplicados corretamente, esses instrumentos podem ser muito úteis para cobrir quatro necessidades: “Oferecer incentivos para conseguir melhorias e recompensas contínuas; utilizar os mercados de forma mais eficiente para alcançar objetivos ambientais; encontrar o melhor “custo-benefício” para atingir esses mesmos objetivos tanto para o governo como para a indústria; e, passar do controle da poluição para a sua prevenção”, de acordo com o que foi traçado no livro **Mudando o Rumo**.

Um regulamento só exige que as empresas alcancem um determinado padrão e sua ação termina aí. Porém, um imposto incidente sobre a poluição ou a utilização de recursos naturais, motivará a empresa a tornar-se mais eco-eficiente devido ao resultado constante sobre as perdas e lucros.

Há um consenso cada vez maior em relação à utilização de instrumentos econômicos bem configurados e combinados adequadamente com outros enfoques. “Um exemplo é o uso crescente, nos últimos anos, de instrumentos baseados no mercado, como encargos por poluição ou taxas e impostos para os usuários de bens e serviços que prejudicam o meio ambiente”, diz um relatório do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. A utilização de instrumentos econômicos para essa questão é determinante: se a fixação dos preços e as falhas de mercado associadas à degradação do meio ambiente não forem tratadas com seriedade, as políticas ambientais continuarão funcionando de forma insuficiente, pois estarão voltadas para os sintomas do problema, sem cuidar das causas econômicas. “Os instrumentos fundamentados no mercado são os melhores, tanto na teoria como também, muitas vezes, na prática”, expressou o Banco Mundial, em 1992. Atualmente, há consenso de que esses instrumentos são sub-utilizados. Eles prometem ser particularmente eficazes nos países em desenvolvimento que não podem dar-se o luxo de arcar com custos adicionais como os aceitos pelos países da OECD.

O setor empresarial parece que concorda com isso. “Conseguir que as forças do mercado trabalhem para proteger e melhorar a qualidade do meio ambiente – com a ajuda de padrões fundados no desempenho e no adequado uso de instrumentos econômicos como um parâmetro regulador harmônico – é uma das maiores oportunidades que o mundo possui nessa década”, afirmou a Câmara de Comércio Internacional, em 1992.

Outra atividade “internalizadora” é constatada a nível nacional e internacional, à medida que os governos buscam e experimentam diferentes formas de conseguir que as contas nacionais reflitam melhor a realidade do meio ambiente. As contas nacionais padrão (SNAs) são regidas por normas internacionalmente aceitas, para que possa haver comparação. Contudo, há tempos se reconhece que atividades como gastar dinheiro para despoluir ou para tratar de pessoas que sofrem de doenças causadas pela poluição elevam o PIB, e um PIB crescente é considerado, muitas vezes erroneamente, como “progresso”. O dinheiro obtido com a exploração de recursos naturais também aumenta o PIB, porém o esgotamento de recursos como o petróleo, a madeira, a água, a camada de húmus das terras cultiváveis não é contabilizado. Qualquer um que pense um pouco perceberá o absurdo desse enfoque. É o mesmo que uma pessoa calcular sua fortuna considerando apenas seus rendimentos e não o valor líquido e nem os ativos, como sua casa e sua poupança. É perfeitamente possível aumentar a receita vendendo ativos, porém isso, em geral, só se faz após cuidadosas avaliações. No entanto, através de medições contábeis como o PIB, os países calculam o bem que possuem, sem considerar a velocidade com que estão gastando seus recursos.

Países como a Noruega, a França e o Japão estão ensaiando novas formas de contabilidade que conseguem vencer algumas dessas deficiências. A Organização das Nações Unidas, que é o órgão regulador das SNAs, também está trabalhando na elaboração de um novo sistema contábil nacional. A modificação desses registros fará com que os governos solicitem às empresas informações cada vez mais detalhadas sobre o uso dos recursos naturais e sobre a poluição. A revelação desses dados certamente causará impacto sobre como os clientes irão avaliar determinadas empresas e como elas serão avaliadas pelos mercados financeiros.

Outra idéia, cujo momento de concretização parece estar chegando, é a do “deslocamento tributário”. É básica e simples: deixar de tributar paulatinamente as atividades positivas como o emprego e a geração de capital, e aumentar os impostos sobre a poluição e o uso inadequado dos recursos naturais, desencorajando, assim, essas atitudes. Na realidade, é extremamente difícil impor tributos ao mau uso dos recursos naturais sem tributar também sua utilização. As correntes políticas de direita afirmam que aumentar os impostos sobre os derivados de petróleo, inclusive sobre o carvão, seria ruim para a economia. A esquerda, por sua vez, argumenta que isso seria ruim para os setores relativamente pobres da população que, normalmente, gastam mais para aquecer seus lares e abastecer de combustível seus veículos do que as classes mais abastadas. Os que são favoráveis a um remanejamento dos impolutos sustentam que é possível criar um sistema que beneficie a economia e o meio ambiente, sem uma exagerada carga tributária para os pobres.

Há um fato que, provavelmente, sintetize a razão pela qual, cada vez mais, líderes políticos e empresariais estão dispostos a discutir – e também promover – a idéia do remanejamento tributário: o crescente e generalizado desemprego. Durante a década de 80, o meio ambiente foi o tema que encabeçou as preocupações básicas nas pesquisas de opinião realizadas na Alemanha. No final de 1994, havia caído para o terceiro lugar; o desemprego liderava a lista de preocupações, seguido pela criminalidade. Na Alemanha, os impostos sobre o trabalho são mais altos do que na maioria dos países; porém, em geral, o índice é muito elevado em toda a Europa. Para diminuir o desemprego, o ex-chefe da União Européia, Jacques Delors – quem certamente não é um ambientalista fanático – solicitou uma redução dos tributos trabalhistas e um aumento do imposto sobre a utilização dos recursos naturais.

Os membros do BCSD apoiaram essa idéia, em 1992, em parte porque era novidade e em parte porque temiam que qualquer tributação sobre o uso de recursos naturais e/ou poluição, se tornasse um novo imposto agregado e não um deslocamento. No livro ***Mudando o Rumo*** se insiste na

“neutralidade impositiva”: qualquer imposto novo relacionado com a poluição do meio ambiente deverá ser equilibrado com a redução de outro imposto.

Porém, um relatório de 1994 do BCSD exortou os governos a adotar uma série de estratégias nacionais para o desenvolvimento sustentável, incorporando “enfoques novos e flexíveis baseados no mercado”, que contemplavam um “deslocamento tributário do trabalho e dos investimentos, para as atividades de valor agregado poluidoras ou que gerem uso ineficiente dos recursos naturais”.

Nos Estados Unidos e na Europa, a idéia de deslocamento tributário tem sido discutida – e desprezada. Porém, há uma impressão, amplamente difundida, de que ele será inevitável. Se outros executivos mudarem de opinião com a rapidez com que o fizeram muitos que pertencem ao WBCSD, o deslocamento tributário pode vir a ser uma realidade em grande parte do mundo, no final deste século ou alguns poucos anos depois.

## **DITO E FEITO .... E OS MERCADOS FINANCEIROS**

Imaginemos por um instante que a maior parte dos custos ambientais estivessem internalizados aos resultados, cobertos pelas empresas e transferidos ao consumidor. Imaginemos que os governos tivessem utilizado mais os instrumentos econômicos ao seu alcance para premiar as empresas que conseguiram ser mais eco-eficientes e castigar as que não conseguiram. Imaginemos que um número crescente de governos revisasse seus sistemas contábeis para que eles refletissem com exatidão os danos causados ao meio ambiente e ao esgotamento dos recursos naturais. Por último, imaginemos um deslocamento tributário que desestimulasse a poluição e o abuso na utilização de recursos naturais.

Com tudo isso, não ficaria difícil imaginar que os balanços das empresas também mudariam consideravelmente. Alguns setores empresariais mudariam inteiramente a forma de fazer negócios. À medida que essas mudanças fossem acontecendo, os mercados financeiros mudariam a base sobre a decisão de investir ou não em uma determinada empresa, de oferecer-lhe ou não um seguro, de conceder ou não o empréstimo solicitado. Os mercados financeiros não teriam de se preocupar com o “meio ambiente”; poderiam supor, com lógica, que uma empresa financeiramente bem sucedida num mundo com custos ambientais internalizados e com uma política tributária que puna a poluição também seria uma empresa eco-eficiente.

Isso não vai acontecer rapidamente. Seria até um erro que uma série de medidas tão complexas fosse implementada de forma muito acelerada. As empresas em geral, e o WBCSD em particular, querem ver uma incorporação gradual desses conceitos, programada e com mudanças previsíveis, para que haja tempo suficiente para o planejamento e a adequação às novas regras do jogo.

As diferentes tendências apresentadas aqui – custos ambientais integrados aos resultados, maior uso dos instrumentos econômicos, novos sistemas para as contabilidades nacionais, novas bases para a política tributária, nova atenção aos mercados financeiros por parte dos “verdes” – demonstram, sem dúvida, a direção para a qual se dirige a sociedade. As empresas mais previdentes e conscientes em relação ao futuro já estão investindo na eco-eficiência para, em seguida, se unir às associações que reivindicam uma maior quantidade de instrumentos econômicos e a internalização dos custos ambientais, para que seus investimentos se tornem rentáveis, o mais rapidamente possível. Essa mudança – como todas as grandes mudanças sociais – terá suas idas e vindas, e acontecerá mais rapidamente em alguns lugares e setores empresariais do que em outros. Porém, as empresas que não acompanharem o ritmo das mudanças, sem dúvida, sofrerão. O mesmo acontecerá com os que ficarem atrasados na comunidade financeira.

Estarão expostos a riscos e responsabilidades, e perderão importantes oportunidades de negócios se não souberem ver a relação existente entre a qualidade do meio ambiente e a qualidade financeira.

No início deste capítulo expressamos nossa preocupação em relação aos mecanismos dos mercados financeiros que estimulam as políticas de curto prazo. Porém, os diretores dos fundos de pensão estão fazendo investimentos para clientes que obterão os correspondentes benefícios somente dentro de algumas décadas. É muito provável que essas tendências, em apenas dez anos, mudem as estratégias de muitas empresas. É por isso que, hoje, os agentes mais progressistas do mercado financeiro começarão a analisar as incompatibilidades do desenvolvimento sustentável, em vez de esperar que elas lhes sejam impostas por mudanças fiscais, legais e pela nova forma de fazer negócios.

“De certa forma, isso não exige muita imaginação”, escreveu Richard House, no *Institutional Investor*. Se acreditamos no progresso do livre mercado e se reconhecemos que toda atividade econômica têm um custo ambiental pelo qual as empresas, cada vez mais (mesmo que de forma imperfeita), são responsabilizadas, não seria lógico que os mercados financeiros comesçassem a considerar esses custos quando avaliam uma empresa? Hoje em dia, no caso das aquisições, esta já é uma prática de rotina.

No próximo capítulo analisaremos de maneira mais geral o papel dos mercados financeiros no desenvolvimento econômico sustentável, nos países em desenvolvimento, Em seguida, na Parte II, veremos de que maneira as tendências aqui discutidas atingem os diversos atores da comunidade financeira. A Parte III, finalmente, oferece um sumário de alguns dos temas tratados neste livro.

## Resumo do Capítulo 1

Os mercados financeiros apóiam o desenvolvimento sustentável, ou seja, as formas de desenvolvimento que permitem ao homem de hoje e do futuro satisfazer as suas necessidades? Há razões para supor que não seja assim e que, provavelmente, eles incentivem objetivos no curto prazo, desvalorizem os recursos naturais e ambientais, descartem o futuro e favoreçam os sistemas de contabilidade e de informação econômico-financeira que não refletem nem os riscos nem as oportunidades ambientais.

Trata-se de uma temática estimulante, porque as decisões tomadas hoje sobre os investimentos terão uma marcada incidência no desenvolvimento das próximas décadas, nas quais a população mundial crescerá de forma acelerada e bilhões de pessoas ingressarão na economia de mercado.

As empresas que utilizam e vendem recursos naturais e as que produzem poluição ambiental estarão há muito tempo ocupadas com o desenvolvimento sustentável em contraste com as companhias que operam com ações, realizam atividades bancárias ou trabalham com seguros. Aquelas empresas terão desenvolvido o conceito de eco-eficiência, ou seja, incrementarão valor agregado a seus produtos e serviços e, ao mesmo tempo, reduzirão a poluição e o uso inadequado dos recursos ambientais.

Atualmente, muitas empresas estão tratando de adequar-se às mudanças em relação aos cuidados com o meio ambiente. Por exemplo, ao ter de assumir o princípio “quem contamina, paga”, se obrigaram a refletir em seus balanços contábeis o custo do dano ambiental gerado, a adaptar-se à

utilização de instrumentos econômicos que premiam a eco-eficiência e castigam o poluidor e, num futuro muito próximo, às possíveis mudanças nas estruturas e nos sistemas contábeis nacionais.

Todas essas tendências terão de mudar as estratégias comerciais das empresas, obrigando os agentes dos mercados financeiros a considerar esses aspectos, modificando os parâmetros de avaliação de seus clientes.